

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano IV - Nº 637 - Brasília, quarta-feira, 11 de fevereiro de 1998

Plenário aprova reforma administrativa em 1º turno

Presidente do Senado garante que mudança dará mais responsabilidade ao servidor, que, com isso, "ganha mais categoria e valerá mais perante a opinião pública". Segundo turno está previsto para 4 de março

1 Duas sessões hoje agilizam as votações

Para limpar a pauta da convocação extraordinária até amanhã, o Senado realiza hoje sessões deliberativas às 10h e às 14h30. A Lei Pelé é uma das propostas em exame na sessão matutina. **Página 2**

2 Na pauta, lei contra lavagem de dinheiro

A Comissão de Justiça aprovou ontem projeto de lei que trata da lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores. A matéria deverá ser votada hoje pelo plenário. **Página 6**

3 Guiné-Bissau busca subsídio para reforma

A Comissão de Justiça do Senado recebeu ontem a visita de uma comitiva da Guiné-Bissau interessada em obter subsídios para a reforma do Judiciário daquele país. **Página 16**



REGISTRO DE COMPARECIMENTO							
7C MARRAS SILVA MARCOS JUNIOR PLAYANDRELO	ES G. CAMATA JOSÉ GALDINO L. ALVARO	MA SILIO PARGA EDSON LOBÃO E. CAVEZIERA	DS RAMEZ TERT LUIZ COELHO LEVY DIAI	PI FRED ALBERTO N. BAPOLLEO L. PORTIELLA	PM A. GARRIDO GERALDO BRITO F. REZEMBA	TO CARLOS ROCHA JOSÉ ROCHA LUIZ F. ABREU	PT JOSÉ FOGUÇA E. FERREIRA PEDRO SIMON
DT: 80 G. PALMEIRA	AL R. CAUENDES T. VEIZA	MT D. MACRACO M. MIRANDA JOSE SAAG	PE C. VILHELA R. FREIRE J. WELANDA	TJ R. DA SILVA A. DA FONSECA A. BAIXO REITO			



Com o plenário lotado e o painel registrando a presença de 80 dos 81 senadores, Antonio Carlos preside a sessão em que foi votada em primeiro turno a reforma administrativa. A proposta, afinal aprovada, foi debatida durante mais de três horas pelos 17 parlamentares que ocuparam a tribuna

Com 59 votos favoráveis, 18 contrários e uma abstenção, o plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a reforma administrativa, apontada pelo governo como instrumento fundamental para permitir o equilíbrio das finanças da União, dos estados e dos municípios. A votação de segundo turno está prevista para 4 de março. A mudança constitucional foi debatida no plenário - com a presença de 80 dos 81 senadores - por mais de três horas. A maioria dos 17 parlamentares que ocuparam a tribuna lamentou a decisão das lideranças políticas que apóiam o governo de não aceitar emendas que pudessem mudar o conteúdo da reforma. Sem alterações no mérito, a emenda constitucional poderá ser promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara logo após a votação de segundo turno, pois a matéria já foi apreciada pelos deputados. **Páginas 3, 4 e 5**

**Congresso
atende
ao país,
diz FHC**

Leia a íntegra da entrevista do presidente da República à TV Senado e à Rádio Senado. **Páginas 8 a 15**

Plenário e comissões têm pauta cheia hoje

O plenário do Senado aprecia hoje, a partir das 10h, o projeto que dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores (*leia detalhes na página 6*).

Será também apreciado pelo plenário o projeto de lei que institui normas sobre o desporto, a chamada Lei Pelé, que recebeu pareceres favoráveis, sem emendas, das comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE), que, em reunião conjunta, acataram cada um dos relatórios apresentados pelos senadores Leomar Quintanilha (PPB-TO), Benedita da Silva (PT-RJ) e Artur da Távola (PSDB-RJ), respectivamente.

O presidente do Senado,

Antonio Carlos Magalhães, já convocou sessões para hoje de manhã e à tarde, pretendendo limpar a pauta da convocação extraordinária até amanhã.

COOPERATIVAS

O projeto de lei da Câmara que revoga dispositivo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobre o vínculo empregatício entre as cooperativas e seus associados, relatado pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), será analisado hoje pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A reunião da comissão, presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), está marcada para as 10h. À tarde, a proposição será votada pelo plenário.

Jonas Pinheiro informa em seu parecer que princípios e condições de vinculação de trabalho não devem constar da CLT, por

constituírem matéria específica, "alheia, portanto, aos objetivos da Consolidação". "Minha posição é de que devem ser inseridos na legislação que dispõe sobre a Política Nacional de Cooperativismo", conclui ele.

Citando dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o senador diz que atualmente existem no país aproximadamente 1.700 cooperativas de trabalho que, juntas, reúnem cerca de 750 mil associados, com volume considerável de negócios.

Também hoje, às 10h, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador José Serra (PSDB-SP) para ouvir a exposição do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo.

Amorim defende auditorias do TCU em projetos de Rondônia

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) apresentou requerimento para que o Tribunal de Contas da União realize uma auditoria nos programas do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planafloro).

Amorim disse que seu requerimento se justifica pela necessidade de se monitorar a execução desse programa de desenvolvimento, financiado com recursos externos, com contrapartidas nacionais, como forma ainda de se examinar a normalidade da aplicação de seus recursos.

Outro aspecto a considerar, conforme o senador, é que o Planafloro visa melhorar a qualidade de vida das populações beneficiadas. E isso, disse, pre-



Amorim: atenção com Rondônia cisa ser verificado.

Ernandes Amorim apresentou ainda requerimento para que o TCU faça auditorias nas aplicações dos recursos federais repassados a Rondônia pelo Ministério dos Transportes, no exercício de 1997, assim como os saldos bancários, obras realizadas e a realizar.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antônio Carlos Magalhães

10h - Presidência Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal
15h30 - Presidência Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

10h - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: *PLC nº 78/97, que institui normas gerais sobre desporto; *PLC nº 66/97, dispõe sobre os crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf
14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: *PLC nº 47/96, altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, para incluir hipótese de destruição de aeronave; *PLC nº 31/97, revoga o parágrafo único do art. 442 da CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (vínculo empregatício); *PLS nº 156/97, altera a redação do parágrafo único do art. 442 da CLT; *PLC nº 2/98, cria, transforma e extingue cargos e funções no Quadro de Pessoal da Secretaria do Supremo Tribunal Federal; e *PDL nº 4/98, aprova os textos da Declaração Constitutiva e dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinados em Lisboa, em 17 de julho de 1996

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: Apreciação, seguida de sabatina em audiência pública, da Mensagem nº 92/98, que submete à apreciação do Senado Federal o nome do general-de-exército José Enaldo Rodrigues de Siqueira para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar na vaga decorrente da aposentadoria do general-de-exército Antonio Joaquim Soares Moreira. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Exposição do senhor José Mário Miranda Abdo, diretor-geral da Aneel, acerca do suprimento de energia elétrica, em atendimento ao Requerimento nº 2/CAE/98, de autoria do senador Esperidião Amin. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa
10h - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: *PLC nº 31/97 (tramitando em conjunto com o PLS nº 156/97) (não terminativo), que revoga o parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do

Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43; *PLS nº 156/97 (tramitando em conjunto com o PLC nº 31/97) (não terminativo), que altera a redação do parágrafo único do art. 442 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quinta-feira (12.02.98)
14h30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado
Pauta: *PLC nº 1/98, que dispõe sobre a criação e extinção de cargos no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial e no Instituto Nacional da Propriedade Industrial; *Projeto de Resolução nº 164/97, que autoriza o estado de Mato Grosso a elevar temporariamente o seu limite de endividamento para que possa contratar e prestar contragarantia à operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor de US\$ 45 milhões, destinada a financiar parcialmente o Programa de Reforma do estado do Mato Grosso; *PDL nº 132/97, aprova o texto do Acordo-Quadro de Cooperação Econômica, Industrial e para o Desenvolvimento, celebrado entre o Governo Brasileiro e o Governo Italiano; *PDL nº 144/97, aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural, celebrado entre o Governo do Brasil e o Governo da República Oriental do Uruguai; *Projeto de Resolução nº 9/98, autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - Bird, no valor equivalente a até cento e cinquenta e cinco milhões de dólares norte-americanos, de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Projeto de Suporte à Reforma do Setor Ciência e Tecnologia - PADCT/III; *Projeto de Resolução nº 12/98, autoriza o estado do Espírito Santo a transferir, para a Caixa Econômica Federal - CEF, débitos junto a instituições financeiras privadas, no valor total de R\$ 26 milhões, 41 mil e 331, apurado em 28 de fevereiro de 1997, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados; e *Projeto de Resolução nº 13/98, autoriza o estado do Pará a contratar, junto à Caixa Econômica Federal - CEF, operação de crédito que consiste na aquisição, pela CEF, de créditos detidos por instituições financeiras privadas junto ao estado do Pará, no montante de R\$ 24 milhões, 211 mil e 332

CCJ analisa nome para o cargo de ministro do STM

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (CCJ), reúne-se hoje, às 10h, para análise da mensagem que submete à apreciação do Senado o nome do general-de-exército, José Enaldo Rodrigues de Siqueira, para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar.

A vaga do cargo é decorrente da aposentadoria do gene-

ral-de-exército Antonio Joaquim Soares Moreira e a proposta vai ser relatada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) após sabatina que será realizada pelos senadores em audiência pública.

A escolha, pelo Presidente da República, de todos os quinze ministros vitalícios que compõem o STM é submetida à aprovação do Senado, conforme preceitua o artigo 123 da Constituição Federal.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluça Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

REFORMA ADMINISTRATIVA

Aprovada a emenda constitucional que altera serviço público

Medida é apontada pelo governo como fundamental para equilibrar suas finanças

O plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, com 59 votos favoráveis, 18 contrários e uma abstenção, a reforma administrativa, apontada pelo governo como fundamental para permitir o equilíbrio das finanças da União, dos estados e dos municípios. A votação de segundo turno deverá ser feita dia 4 de março.

Com a presença de 80 dos 81 senadores da República, a mudança constitucional foi debatida no plenário por mais de três horas, quando 17 parlamentares ocuparam a tribuna. A maioria lamentou a decisão das lideranças políticas que apoiam o governo de não aceitar emendas que pudessem mudar o conteúdo da reforma. Sem alterações no mérito, a emenda constitucional poderá ser promulgada pelas Mesas do Senado e da Câmara logo após a votação de segundo turno, entrando imediatamente em vigor, pois a matéria já foi votada pelos deputados.

O objetivo da reforma não é demitir qualquer servidor público, mas fortalecer e melhorar a qualidade do serviço oferecido ao público - afirmou em discurso o relator da matéria, senador Romero Jucá (PFL-RR).

O plenário concordou com parecer do relator, aprovando nove emendas de redação e rejeitando 17 que alteravam o conteúdo da reforma. Também não foram aceitos 18 requerimentos para destaque de votação em separado de trechos do projeto.

Depois das mudanças na área econômica (quebra de monopólios, abertura ao ca-

pital estrangeiro), esta é a primeira grande reforma constitucional proposta pelo governo que obtém aprovação nas duas Casas do Congresso. A reforma da Previdência, também considerada pelo governo como necessária para modernização do Estado e equilíbrio das finanças públicas, já foi votada pelo senadores, encontrando-se em tramitação na Câmara.

A reforma permite a quebra da estabilidade empregatícia de servidores públicos que apresentarem baixo desempenho em avaliação a ser feita periodicamente ou quando a administração estiver gastando com pessoal mais que 60% da receita líquida. Uma lei complementar irá detalhar como se dará o processo de avaliação de desempenho. No entanto, antes de demitir por excesso de gastos, os governos terão de cortar 20% das chefias e dispensar os não-estáveis. Os estáveis demitidos receberão um salário para cada ano trabalhado e a sua vaga será extinta, não podendo ser reaberta em menos de quatro anos.

Outra mudança considerada importante é a fixação do salário máximo no serviço público (válido também para aposentados), o qual será a remuneração de ministro do STF, de R\$ 12.720,00. Nesse teto entram salário, gratificações e todo tipo de vantagem pessoal. O estágio probatório de concursados passa de dois para três anos, ao mesmo tempo em que os governos não serão mais obrigados a contratar concursados pelo Regime Jurídico Único. Ficam mantidos os concursos para ingresso no serviço público.



Com 59 votos favoráveis, 18 contrários e uma abstenção, o plenário do Senado aprovou a matéria

PRINCIPAIS MUDANÇAS

O texto da reforma administrativa aprovado pelo plenário do Senado, em primeiro turno, mantém a proposta encaminhada pela Câmara dos Deputados, sem alterações no mérito. A emenda constitucional será submetida ainda a uma segunda votação, o que está previsto para acontecer no próximo dia 4 de março.

ESTABILIDADE

Fim da estabilidade do servidor público, com a previsão de demissão por insuficiência de desempenho e por excesso de quadros (antes de demitir servidores estáveis para reduzir gastos, o governo terá de dispensar os funcionários não estáveis e cortar 20% das despesas com cargos em comissão e funções de confiança).

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Aumento do prazo, de dois para três anos de efetivo exercício em cargo público, do estágio probatório.

DISPONIBILIDADE

Possibilidade de disponibilidade de funcionários com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

REGIME JURÍDICO ÚNICO

Fim da obrigatoriedade de adoção do Regime Jurídico Único (sua adoção ou não depende de decisão política autônoma da União, dos estados e municípios).

TETO DE REMUNERAÇÃO

Estabelecimento do teto de remuneração, nele incluídas as vantagens pessoais e computada a soma dos valores percebidos como remuneração/subsídio e provento de aposentadoria/pensão (ninguém poderá ganhar mais que um ministro do Supremo Tribunal Federal).

SUBTETO

Estabelecimento de um subteto, mediante a permissão de definição da relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos na União, nos estados, no Distrito Federal e municípios.

REMUNERAÇÃO

Aperfeiçoamento do sistema de remuneração, proibindo-se que os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público sejam acumulados, e exigindo-se lei específica para aprovação de qualquer aumento de remuneração nos três Poderes.

CONCURSO PÚBLICO

Manutenção do concurso público como única forma de acesso a cargo público.

QUALIDADE

Introdução do princípio da "qualidade do serviço prestado" entre os princípios gerais da administração pública.

EX-TERRITÓRIOS

Regularização, nos ex-territórios federais do Amapá e de Roraima, da situação dos servidores federais que, na data da promulgação da Constituição de 1988, trabalhavam para estaduais e prefeituras conveniadas.

CARGOS EM COMISSÃO

Limitação da criação de cargos em comissão apenas para as atribuições de chefia, direção e assessoramento; reserva das funções de confiança para os ocupantes de cargo efetivo.

REFORMA ADMINISTRATIVA

Josaphat: projeto fere direitos

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) anunciou ontem, durante o encaminhamento de votação da reforma administrativa, que votaria contra a proposta por considerar que ela "atinge o princípio da separação de Poderes, fere direitos adquiridos e adultera a estabilidade dos servidores".

- Analisei a matéria em diferentes aspectos durante a sua tramitação na Casa. Votaria a favor de uma reforma administrativa que estivesse constitucionalmente bem tecida, e esse projeto que está em deliberação não está - sustentou Josaphat Marinho.



Valadares condena cargos em comissão

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lamentou que na proposta não exista limitação para a nomeação de cargos em comissão. "A emenda impõe restrições aos funcionários públicos, mas não trata dos cargos em comissão, que, principalmente nos estados, constituem-se um verdadeiro cabide de empregos", disse.

- O administrador público, federal, estadual ou municipal, tem a liberdade de indicar quem quiser para exercer um cargo em comissão por um alto salário e sem a obrigatoriedade de trabalhar, ao contrário dos concursados. É uma prática imoral muito usada nos municípios brasileiros, principalmente para empregar cabos eleitorais - constatou Valadares.



Emília vê ataque ao funcionalismo

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) definiu como desumana e injusta a iniciativa de uma reforma em que não foram aceitas emendas no Senado, que exerce o papel de órgão revisor. Ela atribuiu isso a "uma campanha generalizada de ataques ao funcionalismo" e sustentou que a quebra da estabilidade e as conseqüentes demissões apenas aumentarão os problemas sociais.

Lembrou que os estados e municípios já enfrentam carência de recursos e terão ampliados seus índices de desemprego. Manifestando-se contrária ao projeto em votação, afirmou que mais importante seria votar normas em defesa da melhoria do serviço público, voltadas para o bem-estar da população.



Dutra pretendia debater mais alguns pontos

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra (PT-SE), apelou para que a bancada governista aprovasse alguns requerimentos de destaques de votação em separado, para um melhor debate, assim como ocorreu na votação de outras matérias.

- Se a bancada governista abrisse mais o debate, como foi na reforma da Previdência, eu poderia assumir posições que entrariam em choque com algumas posições do meu partido na Câmara. Mas, infelizmente, o caminho adotado foi o do rolo compressor. Se a maioria do governo é tranqüila, por que não permitir que se destaquem alguns pontos da reforma administrativa? - questionou.



Rocha teme retrocesso e perseguição

Ao anunciar seu voto contrário à reforma administrativa, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que ela abre possibilidades concretas de "um retorno da perseguição política na administração pública".

- A reforma é injusta com o servidor que trabalha com respeito, dedicação e competência, eleito como bode expiatório pelo governo - afirmou.

Apesar de reconhecer que a emenda constitucional que dispõe sobre a reforma administrativa soluciona o problema dos funcionários dos ex-territórios ao admitir sua vinculação à União, como é o caso do Amapá, Sebastião Rocha enfatizou que isso não era suficiente para garantir seu voto de apoio ao conjunto da proposta.



Alves é contra a quebra da estabilidade

No encaminhamento de votação, o senador José Alves (PFL-SE) afirmou que o Direito Administrativo brasileiro já dispõe de mecanismos que permitem a demissão do servidor público, não sendo necessária a quebra da estabilidade.

Em sua opinião, o serviço público precisa é ser profissionalizado. Ele pregou a necessidade de que, ao assumir o Poder, um governante não se sinta estimulado a trazer consigo funcionários novos para ocupar funções já exercidas por servidores de carreira.

Defendeu também a necessidade de criação de escolas preparatórias de servidores, a fim de que a profissionalização seja prioridade nesse setor.



Cafeteira: servidor é "mordomo" dos problemas do país

"Hoje é o dia da morte do mordomo porque o bandido da história sempre foi o mordomo. E bandido dos problemas do Brasil sempre foi o funcionário público. Então hoje é o dia do assassinato do funcionário público, que perderá a estabilidade e garantias", foi o que afirmou o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) antes da votação.

Disse ainda que a movimentação dos trabalhadores em frente ao Congresso não intimidava ninguém, uma vez que o que deveria incomodar cada um seria sua própria consciência e a certeza de que o preço que estamos pagando pelo fim da inflação é o crescente desemprego.

- Estamos guardando a Constituição na gaveta enquanto ela não é modificada - afirmou.



Júnia: governo colherá derrota no futuro

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou, antes da Ordem do Dia, que ao aprovar a proposta de reforma, o Senado daria mais uma vez, um exemplo muito triste ao país. Ela disse que, "certamente, essa decisão política vai marcar a história da Casa", porque não deu oportunidade para o debate com os servidores e nenhum outro segmento da sociedade, disse.

- Quebra a estabilidade e confisca direitos e garantias assegurados pela Constituição. Causa perplexidade ouvir que a reforma não atingirá o funcionalismo. "Se prevalecer o rolo compressor, o governo estará colhendo uma vitória no presente, mas poderá colher uma derrota no futuro; os servidores estão sendo colocados como bode expiatório".



Proposta causa desemprego, alerta Benedita

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) lamentou que a proposta de reforma tenha tramitado de uma forma que impediu os parlamentares de apresentarem emendas, dada a negativa do relator em aceitá-las. Disse que se recusou a apresentar emendas para não parecer estar atuando num teatro, já que a matéria tramitou como "um rolo compressor". Para ela, o projeto acabou com o Regime Jurídico Único, quando podia fazer uma reforma democrática, capaz de melhorar o serviço público.

Referiu-se à insuficiência de desempenho como causa para demissão, observando que o texto contém formas diferenciadas de promover o desemprego e que qualquer servidor sabe o que significa ficar em disponibilidade.



Limite da Lei Camata preocupa Ramez Tebet

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que o texto não acaba com a estabilidade, e lembrou que os futuros funcionários se submeterão a concurso para garantir seu ingresso no setor e a estabilidade estará garantida após três anos, ao contrário da lei que vigora, que estipula esse prazo em dois anos.

Disse que a questão do bom desempenho também já era prevista e, pela proposta, vai depender de lei complementar o que ele considera um "buraco negro". O ponto crítico da proposta, segundo ele, é um dispositivo constitucional que diz que para se atingir a aplicação de recursos ao limite de 65% previstos na Lei Camata, pode haver demissão. O senador disse estar preocupado com isso.



REFORMA ADMINISTRATIVA

Lucena: mais importante é mudar imposto

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB), ao anunciar seu voto favorável à reforma, com res-



trições, ressaltou que, para uma reforma fiscal que saneie as contas públicas, é muito mais relevante a reforma tributária, cuja tramitação continua paralisada.

A principal restrição salientada pelo senador é a quebra da estabilidade, em relação à qual anunciou voto favorável a uma emenda destacada para votação em separado, excluindo a medida da proposta de emenda constitucional. Em sua opinião, estabilidade não é privilégio, mas garantia, e lamentou que, diante da complexidade da matéria, o Senado não tenha feito os aperfeiçoamentos que ela exigia.

Lauro: risco de demissão traz subserviência

Ao votar contra a reforma, o senador Lauro Campos (PT-DF) susten-



tou que o governo fere direitos pétreos dos trabalhadores e instaura na administração pública "um caráter complacente". Para ele, a quebra da estabilidade gera um servidor "subserviente ante a possibilidade de demissão mediante julgamentos realizados por chefes ou chefetes com poderes para decidir sobre a eficiência ou ineficiência dos subordinados".

Para Lauro, a administração pública perde a capacidade de crítica e de criação, porque sem o respeito que lhe é devido, essas qualidades não fluem. Observa que a reforma está sendo produzida dentro de um processo de transformação que deixa clara a falência do neoliberalismo.

Távola aponta avanço e erros do Executivo

Diante da falência do poder público, decorrente do seu inchaço, das práticas cartoriais e fisiológicas, "a reforma



traz avanço inestimável, mas quase nunca o governo conduziu bem a matéria", ponderou o senador Artur da Távola (PSDB-RJ), ao encaminhar voto favorável.

A seu ver, a orientação do governo com a reforma foi a de criar um Estado "socialmente necessário, forte porque democrático", mas, à falta de uma política de compreensão das dificuldades do servidor público, "o governo perdeu a batalha da comunicação".

Távola salientou que, nas falas governamentais, os funcionários sempre foram apresentados como em número excessivo, incompetentes e preguiçosos, o que é uma flagrante injustiça.

Servidor terá maior valor, garante Antonio Carlos

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou ontem que a reforma administrativa não deve ser motivo de temor, porque vai valorizar o servidor público, além de ajudar o país, ao permitir melhor emprego dos recursos do Executivo.



- Ninguém deve temer demissão. A reforma vai dar mais responsabilidade ao servidor, que, com isso, ganha mais categoria, e valerá mais perante a opinião pública. E vai valer mais pelo seu trabalho, que poderá ser assim melhor remunerado - disse.

Ressaltou que, com a aprovação da reforma, os executivos municipais, estaduais e o federal poderão empregar melhor seus recursos, eliminando muitos erros existentes na administração pública.

- Acho que é um grande pas-

so que o país dá em relação ao presente e ao futuro - declarou.

Para Antonio Carlos, o comparecimento de 80 dos 81 senadores, para uma votação realizada em dia de terça-feira, "é uma prova de que os senado-

res compreendem seus deveres perante o Estado, uma demonstração de que o Senado do Brasil, mais do que nunca, está cumprindo com seus deveres".

O presidente do Senado reafirmou a posição da Casa quanto à decisão que suprimiu do texto da emenda a aposentadoria especial dos magistrados:

- Nós já temos posição definida, e a emenda será promulgada. Mas nós vamos discutir esse assunto por ocasião da votação do segundo turno, após o que tomaremos providências dentro do que tenho anunciado, e que é o mais razoável - concluiu.

Relator aponta o próximo desafio: corrigir disparidades

Depois de defender a aprovação da reforma sem emendas no Senado, o relator da proposta, Romero Jucá (PFL-RR), afirmou que o próximo desafio da administração pública será aumentar "o vergonhoso piso salarial dos funcionários, que é de R\$ 120,00". Lembrou que o teto salarial aprovado "é 106 vezes maior que o menor salário dos servidores, uma situação insustentável".



Jucá observou que o Senado estava aprovando a reforma menos de três meses depois que ela chegou à Casa. Para o relator, a sociedade concorda com a demissão de servidor público "que não trabalha direito, que não atende direito, esquecendo-se de que ele é pago com os impostos arrecadados".

A discussão da reforma administrativa, segundo ele, con-

centrou-se na demissão de servidores e no teto salarial, mas ela apresenta inovações importantes. "Está na reforma que agora o governo tem de revisar obrigatoriamente o salário dos servidores todo ano", exemplificou.

Sustentou em seu relatório que "qualquer analista criterioso" percebe a necessidade de uma reforma da administração pública. "A realidade atual do funcionamento do aparelho do Estado nos mostra a ocorrência sistemática de vícios graves, decorrentes de um modelo que afundou no burocratismo, na ineficiência, no marasmo". Para ele, a manutenção da máquina pública é cara, pois em alguns estados exige praticamente a totalidade dos impostos arrecadados. "Mesmo onerosa, essa máquina segue ineficiente," afirmou.

Para Freire, mudança não atinge o essencial

O senador Roberto Freire (PPS-PE) afirmou que a necessidade de reformar o Estado é recorrente em todo o mundo "e não fruto de uma conspiração neoliberal".



Lamentou que o governo, frente às mudanças dos paradigmas econômicos, tecnológicos e institucionais, em vez de iniciar as reformas pelo próprio Estado, confundiu a falência do serviço público com incapacidade do seu funcionalismo, e optou por uma reforma que contém equívocos e não ataca o principal - a reforma do Estado.

Dado que os líderes governistas fecharam acordo pela rejeição de todas as emendas destacadas, Freire anunciou que votaria com o Bloco Oposição, contra a matéria.

Simon lembra papel revisor do Senado

Em apelo aos líderes da base governista, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) solicitou que, em vez de impedir qualquer alteração no texto da reforma aprovado na Câmara, eles liberassem o plenário para que os senadores tivessem autonomia e liberdade de votar os destaques, para votação em separado.



- Essa é a missão do Senado, de Casa revisora - disse.

Simon comparou a situação com a votação da reforma da Previdência, que resultou em substitutivo do Senado e no retorno da matéria à Câmara. "Por que num momento a Casa tem autoridade e competência para fazer um substitutivo e, noutro, não poderá nem debater destaques de emendas?", questionou.

Ademir: mais um golpe nos trabalhadores

A reforma administrativa é mais uma demonstração de que as mudanças promovidas pelo governo de Fernando Henrique atingem cada vez mais o trabalhador, afirmou o senador Ademir Andrade (PSB-PA).



Disse que o governo tem copiado modelos de fora, esquecendo as condições em que vive a maioria da população de um país com alguns dos mais altos índices de desigualdade.

Para ele, "o governo tem passado um rolo compressor sobre a Câmara e o Senado". E disse que, em matéria de defesa de privilégios, quem tem criado maior dificuldade é a base governista, visto que a esquerda sempre esteve aberta ao diálogo e favorável a mudanças capazes de melhorar o país.

Delito envolve US\$ 300 bi em todo o mundo

No curso dos debates na CCJ em torno do projeto de lei de iniciativa do governo que pune a lavagem de dinheiro, o senador Esperidião Amin (PPB-SC) disse que foi no Congresso Nacional que surgiram as primeiras denúncias sobre essa prática que poderá ser tipificada como crime. Ele assinalou que, mesmo necessitando o projeto de alguns aperfeiçoamentos, "o mínimo que o Senado deve fazer é aprová-lo".

Segundo Amin, há informações de que o volume de dinheiro proveniente de atividades criminosas, tais como o narcotráfico, contrabando de armas e delitos contra o sistema financeiro, chega a US\$ 300 bilhões ao ano, no mundo. Quanto à necessidade de se aperfeiçoar a proposta, ele ponderou que "a carga se arruma na viagem", uma vez que a aprovação da matéria "já vem um pouco tarde".

Nesse sentido, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) considerou que a matéria tem uma importante repercussão junto à opinião pública, pois, de acordo com o senador, o crime de lavagem de dinheiro "não está sendo penalizado convenientemente". Tebet considerou que o projeto merece a aprovação porque ele "tipifica e criminaliza a lavagem de dinheiro".

Através de voto em separado, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou que votaria a favor do projeto. No entanto, ele ressaltou que a matéria exemplifica como o Congresso está ampliando suas ações legislativas, sem as ações práticas correspondentes.

Para o senador Romeu Tuma a aprovação dessa matéria atenderá "a uma antiga reivindicação da comunidade internacional, para retirar o Brasil da relação dos chamados paraísos fiscais". Ele também lembrou que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, enfatizou, em exposição no Senado, que o país precisava com urgência de uma legislação sobre o assunto.



Na reunião da CCJ, presidida por Cabral, o relator Romeu Tuma lê seu parecer, que rejeita emendas aprovadas pela CAE

Comissão de Justiça aprova e envia ao plenário proposta que introduz mecanismos destinados a evitar que bancos sejam usados para acobertar dinheiro de atos ilícitos

Lavagem de dinheiro será punida

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer do senador Romeu Tuma (PFL-SP) favorável a projeto de lei do Executivo que trata dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, dispõe sobre a prevenção da utilização do sistema financeiro para esses delitos e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). A matéria deverá ser votada hoje pelo plenário.

Em seu parecer, Tuma acolheu apenas emendas de redação apresentadas pelo senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) e apresentou uma emenda também de redação. Além disso, votou contrariamente a emenda da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de autoria do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), que pretende incluir no texto da futura lei os crimes contra a ordem tributária. O relator argumentou que a investigação desse tipo de crime já está prevista em outra legislação.

O projeto estabelece pena de reclusão de três a 10 anos e multa para quem ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de crime de tráfico ilícito de substâncias entorpe-

centes ou drogas afins, de terrorismo, de contrabando ou tráfico de armas, munições ou material destinado à sua produção, de extorsão mediante seqüestro, contra a administração pública, contra o sistema financeiro nacional e praticada por organização criminosa.

Está sujeito à mesma pena quem, para ocultar ou dissimular a utilização de bens, direitos ou valores provenientes de qualquer dos crimes relacionados, os converte em ativos lícitos, os adquire, recebe, troca, negocia, dá ou recebe em

garantia, guarda, tem em depósito, movimentou ou transferiu, ou ainda quem importa ou exporta bens com valores não correspondentes aos verdadeiros. Incorre ainda em idêntica pena quem utiliza, na atividade econômica ou financeira, bens, direitos ou valores que sabe serem provenientes de um dos crimes explicitados no projeto.

O projeto determina, para esses delitos, disposições processuais especiais, cria normas sobre os efeitos da condenação e trata do destino dos bens,

direitos e valores, quando produtos de crimes praticados no exterior.

A proposta contém disposições sobre pessoas jurídicas que possam envolver-se em delitos dessa natureza e sobre a identificação de clientes e manutenção de registros, cria normas de comunicação de operações financeiras, estabelece responsabilidades administrativas e institui, no âmbito do Ministério da Fazenda, o Coaf, destinado a gerenciar as atividades de prevenção.

Tuma: interesse público exige a votação rápida do projeto

No parecer sobre o projeto que trata da lavagem de dinheiro, o senador Romeu Tuma afirma que as exigências formais e materiais para a constitucionalidade da proposta estão plenamente atendidas e que o projeto tem o mérito de buscar atender à necessidade de modernização do sistema legal brasileiro, com o objetivo de "fazer frente à sofisticação de determinadas redes criminosas, que praticam delitos geradores de enormes ganhos financeiros e que, para a realização de seus lucros, agem até em escala mundial".

Tuma observa também que o projeto deixa evidente que as demais disposições legais em vigor relativas aos crimes contra a ordem econômica, de enriquecimento ilícito e semelhantes não

sofrem qualquer revogação ou alteração.

- O que o presente projeto introduz é um mecanismo legal novo, tendente a dissuadir o criminoso do uso da atividade econômica para fazer desaparecer, ou camuflar, a origem criminosa do dinheiro obtido. Em outras palavras, impedir que, por meio de artifício econômico, o criminoso faça desaparecer seu vínculo de propriedade com bens, direitos ou valores oriundos de atividade ilícita. O relator admitiu que alguns trechos da proposição poderiam ser aperfeiçoados, mas salientou que o interesse público recomenda que o projeto seja transformado em lei "com a celeridade que as circunstâncias sociais e econômicas do país exigem".

Com apoios no plenário, senador apela ao governo para mudar a política do setor e sugere taxaço sobre o produto importado

Osmar denuncia a falência da pecuária leiteira no país

A pecuária leiteira do país está atravessando a pior crise de sua história, afirmou ontem o senador Osmar Dias (PSDB-PR), acrescentando que o governo precisa adotar "medida rigorosa" para evitar a importação desnecessária do leite e combater as causas que afligem o setor. O problema enfrentado pelos produtores de leite "é uma luta que merece ser assumida por todos os brasileiros", disse.

O governo não pode continuar oferecendo crédito para contratar importações com juros baixos. Além de exigir que o preço do leite importado seja, no mercado interno, o mesmo praticado nos países da União Européia, o governo deve dar prioridade ao produto nacional para os programas sociais - sugeriu.

Osmar Dias salientou que, embora o setor seja responsável por mais de 500 mil empregos diretos, há produtores hoje vendendo o leite a R\$ 0,08 o litro. Reflexo, conforme informou, do forte subsídio oferecido pela União Européia, "que precisa encontrar países ingênuos como o Brasil para importar um produto de segunda categoria".

Após informar que na Europa uma vaca recebe subsídio da ordem de US 2.400, e observar que em nosso país é necessário vender 50 litros de leite para se apurar R\$ 4,00, o

senador disse que tal situação mostra também que "lá uma vaca vale mais que um produtor no Brasil".

Em aparte, o senador Eranides Amorim (PPB-RO) disse que em Rondônia "os produtores estão deixando de produzir e sofrendo com a política de importação" adotada pelo governo.

em Rondônia estaria sendo vendido a R\$ 0,08, e disse que é "dramática" a situação dos criadores.

O senador José Andrade Vieira (PTB-PR) disse que "os pecuaristas e os produtores em geral sofrem a concorrência desleal dos importados, e o governo precisa se sensibilizar para evitar que o Brasil continue na corda bamba".

Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS), após solidarizar-se com Osmar Dias e definir o leite como "um divino alimento que poderia ajudar no combate à desnutrição", disse que ter sido procurado pelos produtores de leite do Mato Grosso do Sul, "pedindo que os programas sociais do próprio governo federal dêem exclusividade ao produto nacional".

Ao retomar seu pronunciamento, ponderando que "o governo gastou R\$ 7 bilhões com a securitização da dívida rural e pode gastar R\$ 13 bilhões com o Proer", Osmar Dias dirigiu apelo também ao presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, "para evitar que a vaca vá para o brejo".

- Vossa Excelência sabe que poderá contar com o meu apoio e também com o apoio da Casa em relação ao leite, que é responsável como principal alimentação da população brasileira - disse Antonio Carlos.



Osmar Dias: prioridade ao que é nosso

Benedita enaltece o 18º aniversário do PT

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) registrou ontem o 18º aniversário do Partido dos Trabalhadores, resultando que foram "18 anos construindo a democracia, a cidadania, lutando pelos direitos humanos, contra o racismo, o preconceito, a discriminação e as desigualdades sociais".

- O PT foi o primeiro na luta pelas Diretas-Já. Lutamos, efetivamente, para ga-

rantir os direitos sociais na Constituição de 1988 e pela defesa dos direitos indígenas, dos deficientes, das mulheres e dos negros, pela reforma agrária, pelo trabalho, contra as privatizações prejudiciais à soberania de nosso país, contra a corrupção, e atuamos firmemente junto aos movimentos populares por terra, saúde e educação. Enfim, temos um saldo muito positivo - considerou Benedita da Silva.



Benedita: luta pela cidadania

Na direção dos trabalhos, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, congratulou o partido, reconhecendo a importância do PT, "apesar das nossas divergências ideológicas".



Campos: colonização dos Riva

Júlio Campos registra morte de pioneira em Mato Grosso

O senador Júlio Campos (PFL-MT) registrou ontem a morte de Helena da Riva, esposa de Ariosto da Riva, já falecido, "pioneiros da colonização em Mato Grosso".

Vicente da Riva, filho de Helena, acrescentou o senador, é o atual prefeito de Alta Floresta e suplente do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).



Suplicy destaca atuação de Garcia

Suplicy homenageia dirigente petista

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou a morte, neste final de semana, em decorrência de acidente rodoviário, de Geraldo Garcia, membro da direção do PT e ex-presidente do partido em Mato Grosso do Sul. Disse que Geraldo era profundamente ligado às questões populares, tendo participado ativamente da formação do MST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

Associando-se às condolências, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ter conhecido Garcia, respeitado por sua liderança política. No mesmo tom, falou o senador Levy Dias (PPB-MS).

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

7h - Entrevista com o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) sobre a regulamentação nos investimentos na pecuária, mais especificamente o do "boi gordo".

8h - Debate com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e a deputada federal Telma de Souza (PT-SP) sobre o projeto de lei que institui a Semana Nacional de Prevenção ao Câncer de Próstata.

9h30 - Entrevista com o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) sobre a regulamentação nos investimentos na pecuária, mais especificamente o do "boi gordo".

10h - Sessão plenária deliberativa - discussão e votação do projeto de lei que institui as normas gerais sobre desporto (Lei Pelé) e o projeto de lei que trata da lavagem de dinheiro.

14h30 - Sessão plenária deliberativa com a apreciação do projeto de lei sobre a destruição de aeronaves consideradas hostis e o projeto que trata da criação e extinção de cargos no STF.

20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

20h40 - "Senado em Pauta"

21h - Sessão plenária (reapresentação)

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

0h40 - "Senado em Pauta"

1h - Debate com o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e a deputada federal Telma de Souza (PT-SP) sobre o projeto de lei que institui a Semana Nacional de Prevenção ao Câncer de Próstata.

2h - "Jornal da Amazônia"

2h15 - "Senado em Pauta"

2h30 - Sessão plenária (reapresentação)

6h30 - Telejornal "Congresso Hoje"

6h40 - "Senado em Pauta"

RÁDIO SENADO

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)

7h40 - Música e informação

10h - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)

13h45 - Música e informação

14h15 - "Plenário em Revista"

14h30 - Sessão plenária

Em seguida - Música e informação

19h - "A Voz do Brasil"

20h - Música e informação

22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)

22h45 - Música e informação

0h - Retransmissão da sessão plenária

4h - Música e informação até às 8h

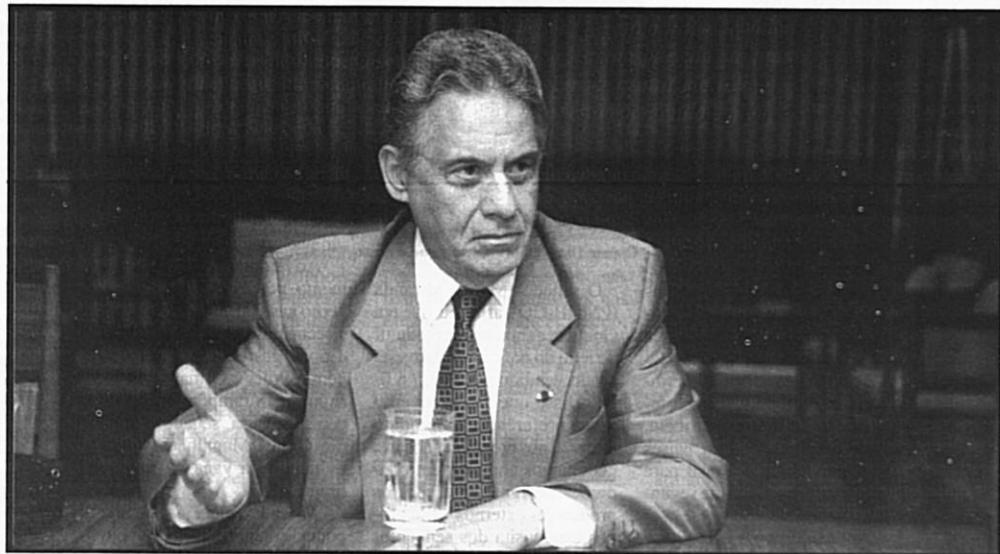
Fernando Henrique: Congresso atende às necessidades do país

O presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, reconheceu, em entrevista exclusiva à TV Senado, à Rádio Senado e ao Jornal do Senado, a importância do papel desempenhado pelo Legislativo, sustentando o programa de reformas e garantindo a governabilidade. Segundo o presidente, "o Congresso tem sido capaz de dar demonstrações de que responde às necessidades do Brasil e do seu povo" e vive período que é "recorde absoluto" na aprovação de emendas e leis responsáveis por mudanças profundas no país. "O Congresso Nacional, em particular o

Senado Federal, tem dado um show. Que eu me lembre, nunca houve um período com tanta legislação importante como este", frisou o presidente.

Fernando Henrique agradeceu o esforço realizado pelo Congresso e suas lideranças, ressaltando que "o trabalho feito pelo senador Antonio Carlos Magalhães, pelo deputado Michel Temer e pelos congressistas é muito atual, e capaz de ser sensível ao que o Brasil precisa".

Adiante, a íntegra da entrevista concedida aos jornalistas Fernando Cesar Mesquita, Helival Rios e Beto Almeida.



FERNANDO CESAR MESQUITA - Presidente, o Senhor acha que o Congresso Nacional, particularmente o Senado, tem correspondido às expectativas do seu governo, da sua administração, em termos políticos e legislativos?

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Penso que o Congresso Nacional, em particular o Senado Federal, tem dado um *show*, para usar uma expressão mais direta. Que eu me lembre, nunca houve um período com tanta legislação importante como este. A não ser no período da Constituinte, em que, evidentemente, é

de outra natureza a mudança que se propõe. Em legislaturas ordinárias não me lembro de algum outro assim. E as mudanças são muito profundas, são mudanças constitucionais, várias emendas e leis que afetam o cidadão de todas as formas. É um recorde absoluto. Acho que o Congresso tem mostrado capacidade de responder, de maneira direta, com sensibilidade, aos desafios do Brasil.

FERNANDO CESAR MESQUITA - Presidente, a oposição reclama do fato de que tudo o que é de origem do Poder Executivo é aprovado pelo Congresso. O senhor acha que o governo manda as coi-

sas assim, tão perfeitas, que elas têm de ser aprovadas praticamente sem restrições, sem alterações, ou algumas matérias são passíveis de alteração, e as alterações que são feitas correspondem ao que o governo quer?

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Não sei se houve alguma medida enviada pelo Executivo que tenha sido aprovada sem modificação. Se tiver havido, será exceção. Em geral, elas são bastante modificadas tanto na Câmara quanto no Senado. E é isso o que faz a riqueza do sistema democrático. Quer dizer, o Executivo tem a obrigação de enviar ao Congresso

medidas que a sociedade está sentindo como necessárias e, até certo ponto, de assumir a responsabilidade por esse processo dos períodos de transformação, que é o que nós fazemos.

Mas o Executivo também tem que ter a sensibilidade política de entender que, numa democracia, as leis mudam no Congresso. Medidas provisórias, por exemplo, assunto bastante comentado por tantos - e é bom que fale -, também são mudadas no Congresso. E muitas das republicações de medidas provisórias já tomam em consideração opiniões de setores do Congresso.

Creio que não houve, repito, uma lei importante que não te-

nha sido revista, para melhor, no Congresso. Penso que a oposição, às vezes, reclama, é natural que reclame, mas, no regime democrático, a maioria faz as leis. Não sufocando a oposição, até porque muitos dos seus pontos de vista também são introduzidos na legislação. O ruim é quando há uma paralisação da decisão: a democracia entra em crise, e existe a falta do que se chama hoje de governança, à medida que o conjunto da sociedade não consegue ter um rumo.

Aqui, não há esse problema, exatamente porque temos forças políticas que compreenderam a necessi-

“Paralisar o Legislativo é pôr em crise a democracia”

dade de dar sustentação a um programa de reformas. E, é claro, que, sendo maioria, a maioria ganha, uma democracia é assim. É claro que a oposição também faz seu papel de, às vezes, até mesmo fazer obstrução; outras vezes de exagerar na crítica, outras vezes de ter razão na crítica. Só perde o sentido quando quer paralisar o Congresso, porque aí é botar em crise a própria democracia, mas, por sorte, no nosso caso isso não vai acontecer.

HELIVAL RIOS - Há uma crítica de que o Brasil tem excesso de partidos e que, em geral, eles não refletem nenhum perfil ideológico muito bem definido. O senhor acha que nós caminhamos para uma reforma nesse sentido? Há condições de, a curto ou a médio prazo, o Brasil ter um perfil mais enxuto de partidos e que expresse mais ideologicamente os pensamentos da sociedade?

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Veja, eu penso que a crítica é razoável. Nesse nosso longo processo de reorganização da vida democrática no Brasil, ainda não houve a possibilidade de uma modificação mais profunda da questão da estrutura partidária. Por quê? Porque não se trata só dos partidos e da questão ideológica - vou voltar a ela -, mas do sistema eleitoral. O nosso sistema eleitoral, no meu modo de entender - quando eu estava no Senado, apresentei propostas de mudanças, algumas até avançaram -, deixa o eleitor sem muito controle do comportamento do seu representante, que ele nem sabe quem é depois que o elege. Em nosso sistema, em que o voto é obtido a nível estadual, o que acontece? O maior competidor de um candidato é o seu colega de partido, porque ele quer passar na frente. Então, o processo eleitoral desune os partidos. Daí por que tenho sido sempre favorável ao voto distrital misto, que é proporcional para manter as minorias. Não se pode afetar a representação das minorias. Mas

isso faz com que, em circunstâncias menores, cada partido apresente um só candidato.

Então o partido existe. Todo mundo briga pelo partido, mas quando não é assim, como é no nosso caso agora, o partido se desfaz durante a eleição. A eleição, em vez de ser um momento de fortalecimento do partido, é o momento em que o partido se dilacera. Isso é ruim. É preciso mudar o sistema eleitoral. Provavelmente, essa mudança só poderá ser feita na eleição consecutiva, mas com certo prazo, para que as pessoas se organizem, os candidatos e a própria sociedade.

“Vejo pessoas fazendo juízo de valor sobre nosso sistema partidário, mas com olhos europeus antigos. Digo: meu Deus, estão perdendo tempo!”

dade. Quem sabe agora, se o Congresso aprovar alguma coisa na linha do que o deputado Miro Teixeira (que, aliás, é da oposição) propôs, para que, no ano que vem, seja possível mudar essa legislação com voto qualificado, por 3/5. Mas eu acho que só se deveria mudar pensando na outra legislatura.

Isso por um lado; por outro, fala-se muito da fidelidade partidária. Mas a fidelidade partidária, para ter consistência real, só pode existir se houver partido, porque senão é uma fidelidade a quê? Não é tão fácil dizer: “Faz a fidelidade partidária!” Tem que ir às raízes mesmo: tem que modificar o processo eleitoral para dar maior autenticidade à representação. E, quanto ao conteúdo ideológico de tudo isso no mundo contemporâneo, em toda parte, aquele modelo no qual nos formamos, que era o modelo europeu de partidos, cada partido correspondia, grosso modo, a uma classe; cada classe, com interesse específico. Isso foi se diluindo. Hoje, mesmo na Europa, que é o berço dessa formação partidária, existe muito menos essa vinculação, digamos, tão estrita entre classes, modo de ver o mundo. Os partidos passaram a agregar mais interesses multissegmentados. A sociedade moderna segmenta os

interesses. Ela é muito dispersa. Então dificulta a reprodução desse modelo de partido que nasceu no século XIX e que persistiu até a Segunda Grande Guerra.

Nos Estados Unidos nunca foi assim. Nunca houve, realmente, esse tipo de formação partidária. Os partidos sempre foram muito mais agregadores de interesses, mas com isso não quero dizer que os partidos deverão deixar de ter sensibilidade ideológica. Não! Mesmo nos Estados Unidos o Partido Democrata tem um tipo de sensibilidade diferente do Partido Republicano. Não é, *stricto sensu*... A clivagem não é de classe, mas há uma sensibilidade diferente. Acho que vamos ter que marchar para isso aqui também.

Vamos ter que marchar para uma situação desse tipo. Mas não se impõe pela lei essa questão. É uma questão de amadurecimento.

Alguma vez, eu disse, no México, e fui mal-interpretado aqui, que os partidos tinham virado *lobby*. Não foi o que eu disse - eu disse outra coisa: eu disse que quando não existe um partido em termos de uma proposta global para a sociedade, que implique valor... como é que eu quero essa sociedade? Eu quero mais democrática, mais igualitária, com mais mercado, com mais Estado, com menos Estado, com mais abertura, com menos abertura? Se não houver isso, o que acontece? Como os interesses são segmentados na sociedade e se organizam, o Congresso passa a ter mais pressão desses interesses segmentados e não da visão global, e partido implica essa visão global. Acho que, se tivermos uma visão, digamos, evolutiva, nós vamos marchar para uma situação desse tipo. Vai levar algum tempo, mas vamos marchar...

HELIVAL RIOS - Então o partido ideológico não teria futuro?

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Essa ideologia vai existir sempre. Valores existirão sempre. Agora,

o velho partido ideológico atado a um segmento de classe da sociedade, na sociedade de massas, que é a atual, não tem mais o fundamento social para ele. Desapareceu. Então, as pessoas ficam olhando para o passado e querem que o futuro seja a projeção do passado - não vai ser; vai ser diferente - e ficam julgando o presente e o futuro com o olhar do passado e acham que está tudo errado, não tem ideologia. Tem ideologia, só que é outra, só que é diferente. A sensibilidade é outra, e os agrupamentos são de outra natureza. Vejo, com muita frequência, pessoas fazendo juízo de valor sobre o nosso sistema partidário, mas sempre com os olhos europeus antigos. Digo: meu Deus, estão perdendo tempo! Nós não vamos marchar para ele; vamos marchar para outro tipo de agremiação no qual os valores são importantes. Eu disse aqui: há clivagens. Uns querem a sociedade mais aberta, mais igualitária; outros, menos; uns querem a economia mais aberta; outros, menos; uns querem mais Estado; outros não querem Estado nenhum; outros querem um Estado que atue com mais eficácia nos dias de hoje. São valores que têm de existir. Nesse sentido, sim, haverá ideologia.

*“O Congresso só funciona bem quando o Executivo também funciona (...)
O Executivo tem de estar fazendo propostas e o Legislativo idem”*

BETO ALMEIDA - Presidente, ainda sobre o relacionamento Executivo/Legislativo, o então senador Fernando Henrique Cardoso, em 12 anos de atividade parlamentar, apresentou 137 proposições, das quais 85 eram projetos de lei, sendo que 16 foram aprovados. A julgar por esse comportamento, o senhor aposta num Legislativo forte, capaz de legislar. No entanto, temos visto, também, o Executivo com uma certa sede, legislando por meio de medidas provisórias. Com as fortes alianças que Vossa Excelência está fazendo para a reeleição, e caso vença, será que podemos es-

perar um Legislativo mais legislador e um Executivo mais contido nessa sede dele?

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - O Executivo não será contido. Por quê? Porque a sociedade não está contida. É época de mudança. Se o Executivo ficar contido, paralisa a mudança, não há avanços. Só há avanço quando se tem os dois corpos vivos; tanto o Executivo propondo quanto o Legislativo discutindo. Então, penso que é uma idéia equivocada do que seja o sistema democrático imaginário que sistema democrático é quando o Executivo apenas obedece às leis que foram feitas pelo Congresso. Não; há um *interplay*, um jogo permanente nisso. Pode-se ver que, historicamente, o Congresso só funciona bem quando o Executivo também funciona. Quando o Executivo deixa de demandar, o Congresso também não tem essa mesma capacidade de colocar as questões, porque, quando o Executivo deixa de demandar é porque a sociedade está demandando menos. Entretanto, a nossa sociedade demanda muito. Estamos mudando o Brasil inteiramente, porque o mundo mudou e o país também. O país avançou, se transformou. Então, o Executivo tem de estar também fazendo propostas e o Legislativo idem.

Agora mesmo, o Banco da Terra, por exemplo, foi uma proposta do Legislativo, uma proposta importante, que teve origem na Câmara, no Senado. O senador Esperidião Amin, depois, incorporou as propostas iniciais de alguns outros deputados; o Legislativo aprovou aquela proposta.

Com relação às medidas da parte agrária, o que fizemos? O Executivo apoiou as medidas que estavam em curso na Câmara. Eu acho que não

